



Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[País tem saldo positivo de 58.664 empregos formais em novembro](#)

Ministério do Trabalho - 21/12/2018

O emprego formal no Brasil manteve a tendência de crescimento em novembro de 2018, registrando saldo de +58.664 postos de trabalho, equivalente à variação de +0,15% em relação ao mês anterior. Esse resultado decorreu de 1.189.414 admissões e de 1.130.750 desligamentos. Foi o melhor saldo do mês de novembro desde 2010. No acumulado do ano houve crescimento de 858.415 empregos, uma variação de +2,27%. O acréscimo, nos últimos 12 meses, é de 517.733 postos de trabalho, correspondente à variação de +1,36%.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

[Garantia de emprego em ACT se mantém apesar do fim da vigência da Convenção 158 da OIT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/12/2018

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a eletricitário demitido sem justa causa o direito à estabilidade prevista em norma coletiva. A cláusula protege os empregados contra a despedida arbitrária ou imotivada e tem fundamento na [Convenção 158](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apesar de essa norma internacional não ter mais vigência no Brasil, a garantia continuou prevista no instrumento coletivo. Assim, a Turma condenou a Companhia Paulista de Força e Luz ao pagamento de indenização substitutiva.

[CSJT lança nova versão do PJe com inovações para simplificar o dia a dia dos usuários](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/12/2018

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) disponibiliza a partir desta segunda-feira, 17 de dezembro, a versão 2.3 do PJe para os Tribunais Regionais do Trabalho, que levará o nome “Jacarandá”. Para receberem suporte do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os TRTs têm 30 dias para implantar a ferramenta. Esta é a segunda versão lançada no ano. Em junho, o CSJT lançou a versão 2.2, também conhecida como “Ipê”.

[É inválida renúncia a aviso-prévio estabelecida por norma coletiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/12/2018

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a sentença em que se determinara à Intersept Vigilância e Segurança Ltda. o pagamento do aviso-prévio a vigilante, apesar de cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) afastar essa obrigação. Na decisão, a Turma ressaltou ser inválida norma coletiva que exclua o aviso-prévio, por implicar renúncia a direito trabalhista constitucionalmente assegurado.

[Ação civil pública na Justiça do Trabalho é passível de prescrição](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/12/2018

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou, por unanimidade, que a ação civil pública do Ministério Público do Trabalho contra a empresa Setep Construções LTDA. retorne ao juízo de primeiro grau para que sejam reavaliados pedidos sobre prescrição. De acordo com o ministro Breno Medeiros, relator do recurso de revista, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento sobre a adoção do prazo prescricional de cinco anos para a ação civil pública. “De igual maneira segue a atual, iterativa e

notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho”, destacou. “Nesse contexto, o Tribunal Regional, ao declarar a imprescritibilidade da ação civil pública, decidiu em contrariedade ao atual entendimento consagrado nesta Corte”, concluiu.

[Justiça reconhece estabilidade a vendedora demitida a um ano da aposentadoria](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/12/2018

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu estabilidade pré-aposentadoria a vendedora da RN Comércio Varejista S.A. (Ricardo Eletro) que foi dispensada sem justa causa a menos de um ano da aquisição do direito à aposentadoria voluntária. Em recurso ao TST, a empregada sustentou que, reconhecida a estabilidade pré-aposentadoria prevista em norma coletiva, deve ser declarada a nulidade da dispensa e determinado o pagamento da remuneração correspondente ao período de afastamento irregular.

[CCT que conferiu natureza indenizatória a diárias de viagem é legítima](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/12/2018

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao reconhecer a validade de norma coletiva que conferiu natureza indenizatória às diárias de viagem, afastou a integração da parcela ao salário de um motorista da Casa Norte Ltda. O parágrafo 2º do artigo 457 da CLT estabelece que as diárias de viagens, excedentes a 50% do salário, como ocorre no caso de motoristas, integram a remuneração do empregado para todos os efeitos legais, mas a norma coletiva da categoria atribuiu à parcela natureza indenizatória, e não salarial.

[Última semana para receber Abono Salarial 2016](#)

Ministério do Trabalho - 21/12/2018

O prazo para o saque do Abono Salarial ano-base 2016 termina na próxima sexta-feira, 28 de dezembro. O valor ainda disponível é de R\$ 1,3 bilhão para 1,8 milhão de trabalhadores, o que corresponde a 7,46% do total de pessoas com direito ao recurso (veja tabela abaixo). Inicialmente, o prazo limite era 29 de junho, mas a prorrogação foi autorizada em 11 de julho por resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

[Ministério do Trabalho finaliza Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes](#)

Ministério do Trabalho - 21/12/2018

O ministro do Trabalho, Caio Vieira de Mello, encerrou nesta quinta-feira (20) a Campanha Nacional de

Prevenção de Acidentes (Canpat) de 2018. A ação, que durou sete meses, teve como objetivo conscientizar as pessoas sobre o adoecimento ocupacional e as quedas relacionadas ao trabalho em altura. “Temos vindo aqui para mostrar a efetividade do Ministério do Trabalho para o país e a importância, fundamental, de se ter um trabalho com dignidade. O trabalho é uma necessidade, mas desde que seja digno”, ressaltou o ministro.

[Ministério do Trabalho lança seguro-desemprego 100% pela web](#)

Ministério do Trabalho – 18/12/2018

Os trabalhadores brasileiros poderão solicitar o seguro-desemprego integralmente pela internet a partir deste mês. O objetivo é garantir mais eficiência na prestação de serviços públicos, reduzir custos e oferecer mais comodidade e segurança ao trabalhador brasileiro. A ação é uma iniciativa do Ministério do Trabalho, desenvolvida pela Dataprev, e estará disponível no Portal Emprega Brasil.

[Fracionamento de férias facilita planejamento do trabalhador](#)

Ministério do Trabalho – 17/12/2018

O fracionamento só pode ocorrer se um dos períodos não for inferior a 14 dias e se os outros tiveram 5 dias ou mais. A remuneração também é dividida proporcionalmente ao tempo de descanso e paga até dois dias antes do início das férias, que não podem começar até dois dias antes de feriado, sábado ou domingo.

[Livro impresso com recursos do MPT é referência nacional para a fabricação de guarda-corpo e rodapé](#)

Ministério Público do Trabalho – 21/12/2018

O livro “Metodologia para Dimensionamento de Sistemas de Guarda-corpo e Rodapé”, com impressão de 1.300 exemplares pagos com verbas oriundas da atuação do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), será distribuído gratuitamente para entidades ligadas à proteção da saúde do trabalhador, no ramo da construção civil. A obra traz detalhes do método desenvolvido para cálculo e ensaios de guarda-corpo e rodapé, com o propósito de patronizar esses equipamentos e acabar com as estruturas improvisadas que geram centenas de acidentes e mortes no Brasil. Só em Santa Catarina de 2012 a 2015, 126 pessoas morreram por queda em altura, de acordo com o Sistema de Informações de Mortalidades da Secretaria Estadual da Saúde.

[PGT destaca atuação do Ministério do Trabalho na prevenção de acidentes](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/12/2018

Em cerimônia de encerramento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho de 2018

(CANPAT 2018), o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Fleury, destacou a importância do Ministério do Trabalho (MTb) para a garantia de um meio ambiente de trabalho sadio e seguro. A solenidade ocorreu nesta quinta-feira (20), na sede do MTb, em Brasília.

[MPT pede transferência de documentos do Ministério do Trabalho para Arquivo Nacional](#)

Ministério Público do Trabalho – 20/12/2018

O Ministério Público do Trabalho (MPT) solicitou ao Ministério do Trabalho que transfira, ao Arquivo Nacional, documentos importantes que garantam a preservação e o acesso a informações sobre a história e atuação do órgão, que deverá ser extinto a partir de janeiro de 2019. O ofício com o pedido de transferência e recolhimento dos arquivos foi assinado pelo procurador-geral do MPT, Ronaldo Curado Fleury. No pedido, o procurador-geral cita parâmetros estipulados pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que podem orientar o início do procedimento pelo Ministério do Trabalho.

[Acordo promove formação adequada de estagiários](#)

Ministério Público do Trabalho – 18/12/2018

Um acordo de cooperação técnica assinado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e por conselhos profissionais de dez categorias vai promover formação adequada de estagiários. O objetivo é permitir a troca de informações entre os órgãos para garantir de modo mais fácil a adoção de medidas em eventuais casos de irregularidades em contratos de estágio. A parceria foi firmada nesta terça-feira (18), na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília. O acordo também abrangerá a realização de palestras, cursos, seminários ou encontros para a troca de conhecimentos sobre os respectivos modos de atuação e metodologia de trabalho.

[CLT: Lei acrescenta dispositivo ao artigo 473](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/12/2018

Foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União – DOU desta terça-feira, 18 de dezembro, a Lei 13.767/2018, que acrescenta o inciso XII ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O referido artigo diz respeito às situações em que o trabalhador poderá deixar de comparecer ao local de trabalho. O inciso XII, acrescido ao texto, permite que o empregado se ausente até três vezes ao ano para fazer exames preventivos de câncer, com a devida comprovação.

[Nota do SINAIT sobre a Auditoria-Fiscal do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/12/2018

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT lamenta a decisão de extinção do Ministério do Trabalho, que há 88 anos se dedica à promoção de políticas públicas que alcançam diretamente milhões de brasileiros. A definição da equipe de transição do governo eleito quanto ao reposicionamento da Auditoria-Fiscal do Trabalho no Ministério da Economia oportuniza a racionalização e otimização do esforço fiscalizatório do Governo Federal.

[TRF1 afirma que crime de trabalho escravo não prescreve](#)

Sindicato Nacional de Inspeção do Trabalho - 18/12/2018

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1 considerou imprescritível o crime de trabalho análogo ao de escravo ao avaliar um caso ocorrido há 18 anos. Com isso, negou o pedido de trancamento de um procedimento de investigação criminal aberto pelo Ministério Público Federal e que pode levar à denúncia perante à Justiça e à punição de responsáveis por uma fazenda no Sul do Pará. Empregadores flagrados com mão de obra análoga à de escravo têm usado como estratégia postergar ao máximo as ações, visando a prescrição do crime previsto no artigo 149 do Código Penal, que pune com dois a oito anos de cadeia os infratores.

[Eternit é condenada a pagar tratamento vitalício para expostos ao amianto](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/12/2018

A Eternit, fabricante de telhas e caixas d'água e uma das poucas do país que ainda utiliza fibra do amianto, foi condenada a pagar tratamentos vitalícios para ex-trabalhadores da empresa no Rio de Janeiro. A decisão é de primeira instância, da 1ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Assinada pela juíza Raquel de Oliveira Maciel na última semana, a sentença foi resultado de uma ação civil pública impetrada pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – Abrea e endossada pelo Ministério Público do Trabalho –MPT.

[Receita Federal divulga instruções para emissão de Darf Avulso no caso de não fechamento completo da folha no eSocial ou de dificuldades no fechamento do EFD-Reinf](#)

Portal eSocial - 17/12/2018

A Receita Federal informa que, nos períodos de apurações mensais, as empresas que por questões técnicas não concluírem o fechamento da folha de pagamento no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) ou tiverem dificuldades no retorno do processamento do fechamento do Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) poderão recolher as contribuições previdenciárias elencadas no art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 2018, não incluídas na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), mediante emissão de Darf Avulso gerado no sistema SicalcWeb.

Atos Normativos

[LEI Nº 13.767, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 18/12/2018 Ed. Extra Seção I Pág. 01) - Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer;

[RESOLUÇÃO CFM Nº 2.219/2018](#) (DOU de 18/12/2018 Seção I Pág. 389) - Regulamenta o registro de especialidade de médicos do trabalho cadastrados em livros específicos até 4 de setembro de 2006;

[RESOLUÇÃO CNS Nº 603, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 136) - Aprova o relatório da Câmara Técnica da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT/CNS), que apresenta proposta de reorganização da Atenção Integral à Saúde dos trabalhadores no SUS com o objetivo de desenvolver um novo modelo de organização dos CERESTs com vistas à correção das assimetrias existentes entre as diversas regiões e em atendimento às realidades locais;

[PORTARIA MTb Nº 1.083, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 167) - Altera a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;

[PORTARIA MTb Nº 1.084, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 167) - Altera o Anexo nº 5 - Radiações Ionizantes - da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) - Atividades e Operações Insalubres;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 910, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 170) - Autoriza o resgate de cotas de recursos em disponibilidades do FI-FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 911, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 170) - Propõe alterar o Regulamento do FI-FGTS, a fim de aprimorar a forma de precificação dos ativos investidos pelo FI-FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 913, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 174) - Propõe alterar as práticas de escrituração no Balanço do FGTS, de modo a adotar definições que trata a International Financial Reporting Standards (IFRS), e alterar o Plano de Contas do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 914, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 174) - Referendar a Resolução nº 909, de 27 de novembro de 2018, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 915, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág. 174) - Instituir o Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir a remuneração dos agentes financeiros de que trata a Resolução nº 702, de 2012;

[RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA CNIg Nº 1, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#) (DOU de 19/12/2018 Seção I Pág.

Atos Normativos

174) - Disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração;

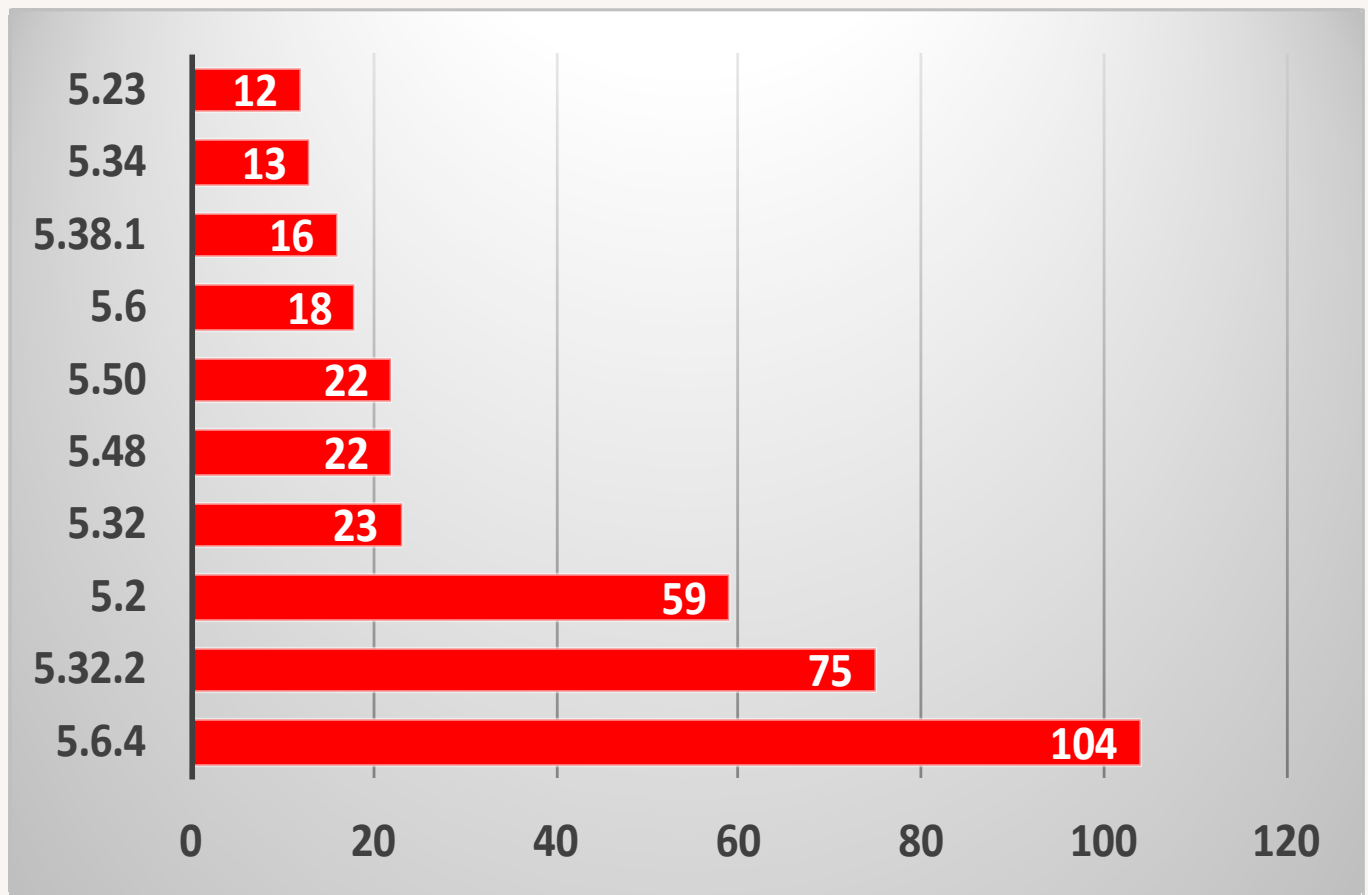
[PORTARIA MTb Nº 1.082, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (20/12/2018 Seção I Pág. 208) - Altera a Norma Regulamentadora n.º 13 (NR-13) - Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação;

[PORTARIA MTb Nº 1.185, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (21/12/2018 Seção I Pág. 865) - Altera o artigo 2º da Portaria nº 507, de 11 de julho de 2018;

[PORTARIA SRT Nº 51, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018](#) (21/12/2018 Seção I Pág. 888) - Correição de pedidos de registros sindicais.

Dados Estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora 05 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTb

* **Irregular (Autuação):** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho. Os atos fiscais do MTb são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

Dados Estatísticos de Fiscalização

5.6.4 Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta NR, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, através de negociação coletiva.

5.32.2 As empresas que não se enquadrem no Quadro I, promoverão anualmente treinamento para o designado responsável pelo cumprimento do objetivo desta NR.

5.2 Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

5.32 A empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse.

5.48 A contratante e as contratadas, que atuem num mesmo estabelecimento, deverão implementar, de forma integrada, medidas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, decorrentes da presente NR, de forma a garantir o mesmo nível de proteção em matéria de segurança e saúde a todos os trabalhadores do estabelecimento.

5.50 A empresa contratante adotará as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pelas empresas contratadas que atuam no seu estabelecimento, das medidas de segurança e saúde no trabalho.

5.6 A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I desta NR, ressalvadas as alterações disciplinadas em atos normativos para setores econômicos específicos.

5.38.1 A empresa estabelecerá mecanismos para comunicar o início do processo eleitoral ao sindicato da categoria profissional.

5.34 O treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal da empresa.

5.23 A CIPA terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clóvis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico